

AVC
pu

GAZETA MERCANTIL

Sexta-feira, 4 de março de 1988

Um equívoco que golpeia a credibilidade do governo

Para um governo que luta com todas as forças contra o encurtamento de seu mandato pela Assembléia Constituinte, nada poderia ser tão desmoralizante quanto o episódio da tentativa de congelamento temporário dos salários do setor público. Ao rejeitar a proposta dos ministros da Fazenda e do Planejamento, os demais integrantes do Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE) acabaram por evidenciar que o comando administrativo da Nação está dividido e, portanto, é incapaz de arrumar a própria casa, mesmo quando isso se torna absolutamente necessário. Houve, desse modo, um enorme desgaste na credibilidade do governo, que no entanto poderia ter sido evitado com estudos um pouco mais acurados e com uma negociação prévia com os demais auxiliares do presidente e representantes do Legislativo.

Como se sabe, a proposta de não se aplicar por três meses a Unidade de Referência de Preços (URP) aos salários do setor público, formulada pelos ministros

Mailson Ferreira da Nóbrega e João Batista de Abreu, era a mais suave das alternativas inicialmente apresentadas ao presidente, uma das quais previa cortes no funcionalismo. Se adotada, a medida permitiria reduzir significativamente as despesas com pessoal, cujas projeções, por enquanto, são dramáticas: de 3,26% do Produto Interno Bruto (PIB), no ano passado, elas subiriam para 5,17%, enquanto em relação à receita disponível do governo federal passariam de 64 para 102,8%. Mesmo diante desses dados, porém, segundo se noticiou, os ministros presentes à reunião do CDE não aceitaram a proposta feita pelos colegas da Fazenda e do Planejamento. Esqueceram-se eles, provavelmente, de que não são apenas chefes de um grupo de funcionários mas também administradores de recursos públicos, com as responsabilidades que essa condição lhes confere.

Depois desse recuo, não se sabe que solução o governo apresentará (se é que não esquecerá o assunto) para diminuir os gastos

com pessoal. Tememos que ela acabe não atendendo às necessidades de contenção do déficit público — o que pode comprometer, inclusive, as negociações sobre a dívida externa —, exigindo assim medidas complementares tanto do lado das despesas quanto do das receitas. Ou seja, novas taxações poderiam ser lançadas sobre a sociedade, numa repetição de atitudes passadas.

Para pôr um fim a esse estado de coisas, é preciso coragem do governo para adotar soluções definitivas. O congelamento salarial por três meses, embora penalizando imediatamente os servidores, acabaria sendo compensado por reajustes integrais no início do próximo ano, na data-base, fazendo ressurgir o problema para as contas públicas. Assim, em nosso entender, muito melhor seria demitir os funcionários ociosos e impedir a acumulação de cargos, seguindo os princípios de boa gestão do setor privado. Com essas providências, os que trabalham seriam premiados, em vez de, como agora, estarem sujeitos

a uma penalização decorrente da tentativa de compensar a ociosidade.

Basta haver, pois, um pouco mais de coragem administrativa para se promover a justiça salarial dentro do serviço público, e assim combater, por extensão, a corrupção e a ineficiência nesse setor. Quando se comparam os vencimentos dos chamados marajás da administração pública com os dos professores da rede estadual de ensino, por exemplo, não se pode deixar de sentir uma profunda indignação. Também não se pode admitir que os baixos salários motivem a indisciplina e a quebra de hierarquia entre os servidores militares, pondo em risco a própria ordem institucional. Por isso, para restaurar sua credibilidade, novamente abalada por esse episódio, deve o governo demitir o pessoal ocioso.

Produto do clientelismo político subdesenvolvido, o inchaço do funcionalismo tem de ser revertido, como medida saneadora não apenas das finanças públicas mas também dos costumes.